

Embaixadas não sabem o que informar da sucessão

WALTER SOTOMAYOR

Funcionários da maior embaixada sediada em Brasília manifestavam há alguns dias a sua enorme dificuldade para cumprir a missão de informar seu governo sobre o processo eleitoral brasileiro. O governo reclamava diante da imprecisão das informações que até agora não podiam estabelecer com precisão quais os candidatos que chegarão ao segundo turno. A informação fornecida por um comitê eleitoral de Brasília não pode ser confirmada ou desmentida porque a embaixada não quis receber a reportagem, mas dá a medida do nível das preocupações, nas quase 100 embaixadas de Brasília, que aumentam na proporção dos interesses envolvidos.

A principal fonte de informação de governos estrangeiros sobre o processo político brasileiro é a imprensa, mas nesta campanha eleitoral, alguns candidatos viajaram ao exterior e conversaram com grupos de diplomatas em Brasília. A atenção concedida pelos candidatos presidenciais aos embaixadores tem aumentado, mas ainda parece existir um certo descaso, característico de uma visão política provinciana segundo a qual o Itamarati cuida desses assuntos, insustentável num País que exporta quase 34 bilhões de dólares por ano e procura assumir um papel internacional cada vez mais destacado. "O isolamento tem sido uma característica dos políticos brasileiros, mas isso está mudando", disse um embaixador. A diplomacia presidencial desenvolvida nos últimos cinco anos é uma prova disso.

Os diplomatas sediados em Brasília apontam a inexistência de temas de política externa — com exceção da dívida — na campanha eleitoral e alguns candidatos nem mencionam o tema, talvez devido à baixa escolaridade do eleitorado, já que se estima que metade dos 82 milhões de eleitores não concluíram o primeiro grau. Um diplomata disse que os temas de política externa são importantes em países onde há minorias com grande influência desejosas de fazer prevalecer seus interesses, como os judeus nos Estados Unidos.

Os embaixadores da Comunidade Econômica Européia se reuniram com Fernando Collor de Mello, Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva, para ouvir, como disse um diplomata, "um discurso diferente do discurso de palanque". Segundo uma fonte européia todos os candidatos mantiveram integralmente suas posições assumidas nos palanques e nos programas do horário gratuito. Praticamente todos os candidatos manifestaram a sua disposição de suspender, num primeiro momento, o pagamento da dívida externa de 110 bilhões de dólares, assim como renegociá-la sobre bases inovadoras, para

chegar a um acordo que possa ser cumprido.

Nas conversas dos candidatos com os representantes do mundo industrializado o tratamento a ser dado ao capital estrangeiro, bem como as reservas de mercado tem ocupado um lugar de destaque, do mesmo modo que a solução dos desafios no campo social e o reordenamento da economia. A questão ambiental deixou de ser um tema essencial, porque "o governo brasileiro reagiu rapidamente às críticas internacionais e há consciência popular sobre o problema".

Qualquer mudança política enseja preocupações como a manifestada pelo governo brasileiro diante da eleição do peronista Carlos Menem, como presidente da Argentina. Menem, ainda como candidato enviou um representante pessoal para dizer que manteria e ampliaria o esquema de integração. Uma vez eleito escolheu o Brasil como primeiro país a ser visitado oficialmente. De parte dos países latino-americanos não há muitas dúvidas quanto a necessidade de prosseguir com a integração econômica.

"Nos perguntamos com que entusiasmo a América Latina vai continuar buscando a sua identidade política", disse um embaixador, mostrando indiretamente que grande parcela desse entusiasmo ou esmorecimento cabe ao maior país de todos: o Brasil. O representante diplomático foi mais adiante, atribuindo à identidade política latino-americana intensificada durante os cinco últimos anos a possibilidade de evitar o que chamou a "africanização social" na região.

Em nível regional, além das usuais indagações sobre políticas e programas, há um assunto de economia interna que preocupa a quase todos os países vizinhos: é a dívida interna. A rolagem da dívida interna gera movimentos especulativos que afetam seriamente os mercados financeiros dos países vizinhos e de um dia para outro podem gerar uma dramática escassez de dólares nesses mercados.

Collor, embora num primeiro e superficial encontro com embaixadores latino-americanos, fez as tradicionais esperadas promessas de levar adiante a integração, causou mal-estar quando disse, num excesso de euforia, que queria o Brasil sentado junto aos Sete Grandes, os países mais ricos do mundo.

O "Grupo dos Sete" programou uma série de encontros, mas a duas semanas das eleições provavelmente terão que procurar respostas nas pesquisas, no horário gratuito e nos jornais. Esse grupo é formado pelos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Itália, Alemanha Ocidental e Japão, os maiores credores da dívida e os maiores investidores no Brasil.